Emerson
Auditores
e Consultores
AUDITORES INDEPENDENTES

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 e Relatório dos Auditores Independentes

Emerson
Auditores
e Consultores
AUDITORES INDEPENDENTES

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Natal/RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CODERN, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A – CODERN, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho das suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Boards* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia Docas do Rio Grande do Norte apresenta prejuízo acumulados de (R$ 973.637 mil) no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 66.486 mil e apresentou passivo a descoberto de (R$ 434.305 mil). Conforme apresentado na Nota 2, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, necessitando de planejamento econômico e financeiro e/ou aporte de recursos originados do seu acionista majoritário. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Cisão do Porto de Maceió

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 33.2 às demonstrações financeiras, que indica a desvinculação do Porto de Maceió da Companhia Docas do Rio Grande do Norte. Este evento pode impactar negativamente os resultados da CODERN, gerando uma incerteza relevante que levanta dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para cumprimento a exigências estatutárias, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa conclusão com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações

e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa conclusão, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo "Base para conclusão com ressalvas", essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujos balanços foram apresentados de forma comparativa, foram examinadas por nossa firma de auditoria, onde emitimos relatório em 08 de agosto de 2024 com opinião modificada sobre essas demonstrações contábeis sobre o seguinte assunto: (1) Controles internos insuficientes/inexistentes relacionados aos depósitos e bloqueios e (2) Ausência, pelo Porto de Maceió, de políticas formalizadas a respeito dos critérios de provisionamento e de mudança de prognósticos das causas consideradas como remota, possível e provável nos termos da NBC TG 25 (R1).

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalvas. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal/RN, 20 de junho de 2025.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8

Assinado digitalmente por JOSE DIEGO BRAZ DA SILVA:08058870404
Razão: Eu sou o autor deste documento
Data: 2025.06.27 13:32:01-03'00'

José Diego Braz da Silva
Contador
CRC/RN 10.575/O-9

gov.br
Documento assinado digitalmente
VOLNEY HUDSON RODRIGUES DE OLIVEIRA
Data: 27/06/2025 08:13:38-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Volney Hudson Rodrigues de Oliveira
Contador
CRC/RN 13.770/O-7

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	122.086	101.091
Contas a Receber	5	36.312	35.984
Contas a Receber - Clientes		4.960	4.782
Contas a Receber - Outorgas		31.252	31.202
Estoques	7	1.158	2.541
Tributos a Compensar	8	9.541	4.854
Despesas Antecipadas		10	11
Outros Créditos	6	3.460	2.348
Total do ativo circulante		**172.567**	**146.829**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	9	148.548	132.504
Contas a Receber - Outorgas		131.688	124.851
Depósitos/Bloqueios judiciais e Contratuais		16.860	7.653
Investimentos		30	30
Imobilizado Líquido	10	166.286	159.557
Intangível		9	91
Total do ativo não circulante		**314.873**	**292.182**
Total do Ativo		**487.440**	**439.011**

Passivo e Passivo a descoberto	Nota	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante			
Fornecedores	13	2.108	2.179
Obrigações Trabalhistas	11	2.684	2.572
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	147.307	137.363
Contas a Pagar	13	253	187
Outros Passivos	14	2.786	3.024
Receitas Antecipadas	15	83.913	83.488
Total do passivo circulante		**239.051**	**228.813**
Não Circulante			
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	69.086	69.493
Provisão para contingências	16	82.316	57.818
Convênios	18	5.433	5.433
Créditos para aumento de capital	20.a	379.816	339.839
Receitas Antecipadas	15	146.043	147.113
Total do passivo não circulante		**682.694**	**619.696**
Total do passivo		**921.745**	**848.509**
Passivo a descoberto			
Capital Social	19	432.843	432.843
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	30.054	23.652
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	20.b	76.435	69.635
Prejuízos acumulados	21	(973.637)	(935.628)
Total do passivo a descoberto		**(434.305)**	**(409.498)**
Total do Passivo e Passivo a descoberto		**487.440**	**439.011**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Períodos findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita Líquida dos serviços	23	97.700	90.540
Custos operacionais	24	(38.626)	(37.942)
Lucro Bruto		**59.074**	**52.598**
(Despesas)/Receitas operacionais		**(50.189)**	**(56.595)**
Despesas administrativas e gerais	25	(40.096)	(37.994)
Despesas com provisão de perdas estimadas sobre créditos	26	21	843
Despesas tributárias		(1.110)	(1.415)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	27	(26.174)	(2.630)
(Perdas)/Reversões pela Não Recuperabilidade de Ativos	10	15.900	(17.525)
Outras (despesas)/receitas operacionais	28	1.270	2.126
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		**8.885**	**(3.997)**
Receitas financeiras	29	11.075	9.865
Despesas financeiras	29	(57.071)	(56.122)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		**(37.111)**	**(50.254)**
IRPJ e CSLL	30	-	27.523
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	21.b	**(37.111)**	**(22.731)**
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R$)		**-0,0000**	**-0,0000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Resultado do exercício		**(37.111)**	**(22.731)**
Outros Resultados Abrangentes			
Ganhos/Perdas Atuariais em planos de pensão	22	**6.403**	**(4.290)**
Resultado Abrangente Consolidado do exercício		**(30.708)**	**(27.021)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Capital social (Nota 19)	Adiantamentos para Aumento de Capital (Nota 20.b)	Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 22)	Lucros/ (Prejuízos) acumulados (Nota 21.b)	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2022		**432.843**	**69.635**	**27.942**	**(913.522)**	**(383.102)**
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a				625	625
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b				(22.731)	(22.731)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			(4.290)		(4.290)
Em 31 de dezembro de 2023		**432.843**	**69.635**	**23.652**	**(935.628)**	**(409.498)**
Mutações do exercício		-	-	(4.290)	(22.106)	(26.396)
Em 31 de dezembro de 2023		**432.843**	**69.635**	**23.652**	**(935.628)**	**(409.498)**
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a				(898)	(898)
Lucro/Prejuízo líquido do período	21.b				(37.111)	(37.111)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22			6.403		6.403
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital	20.b		6.800			6.800
Em 31 de dezembro de 2024		**432.843**	**76.435**	**30.054**	**(973.637)**	**(434.305)**
Mutações do exercício		-	6.800	6.403	(38.009)	(24.806)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/Prejuízo do exercício	21.b	**(37.111)**	**(22.731)**
Ajustes do Lucro Líquido			
Depreciação e amortização	10	11.651	11.651
Perdas (Reversão) pela não Recuperabilidade de Ativos	10	(15.900)	17.525
Ajustes de Avaliação Patrimonial	22	6.403	(4.290)
Ajustes de Exercícios Anteriores	21.a	(898)	625
Impostos Diferidos	30	-	(27.523)
Provisões (reversão) para contingências judiciais	27	26.174	2.630
Provisões (reversão) para perdas com créditos esperadas	26	(21)	(843)
Despesas de atualização monetária	29	39.978	37.792
Baixas de Imobilizado	10/21.a	76	-
Redução (Aumento) de Ativos			
Contas a receber	5	(255)	(33.703)
Estoques	7	1.383	1.223
Tributos a Compensar/Recuperar	8	(4.687)	(48)
Despesas antecipadas		1	(8)
Outros créditos	6	(1.112)	202
Outros ativos não circulantes	9	(16.097)	(129.609)
Aumento (Redução) de Passivos			
Fornecedores	13	(71)	(365)
Obrigações Trabalhistas	11	112	(2.219)
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	12	9.537	(1.574)
Receitas Antecipadas	15	(645)	206.340
Outras Obrigações	13/14	(172)	(259)
Outros passivos não circulantes	16/18	(1.677)	(306)
Caixa gerado pelas operações			
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**16.669**	**54.511**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	10	(2.474)	(9.142)
Aquisições do Intangível			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(2.474)**	**(9.142)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Crédito para aumento de capital		6.800	-
Caixa líquido das atividades de financiamento		**6.800**	**0**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		**20.995**	**45.369**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	101.091	55.722
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	122.086	101.091
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa		**20.995**	**45.369**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Descrição	Nota	Período de doze meses findos em 31 de dezembro de	
			2024	2023
1	**Receitas**		**109.538**	**105.258**
1.1	Vendas de mercadoria, produtos e serviços	23	107.841	101.920
1.2	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	21	843
1.3	Outras Receitas	28	1.676	2.495
2	**Insumos adquiridos de terceiros**		**(36.121)**	**(44.848)**
2.1	Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	24/25	(11.500)	(11.899)
2.2	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	24/25/28	(14.331)	(12.662)
2.3	Perda / Recuperação de valores ativos	25	15.884	(17.657)
2.4	Provisões para Contingências (Reversão/Constituição)	27	(26.174)	(2.630)
3	**Valor adicionado bruto**		**73.417**	**60.410**
4	**Retenções**		**(11.651)**	**(11.651)**
4.1	Depreciação e amortização	24/25	(11.651)	(11.651)
5	**Valor adicionado líquido**		**61.766**	**48.759**
6	**Valor adicionado recebido em transferência**		**11.075**	**9.865**
6.1	Receitas financeiras	29	11.075	9.865
7	**Valor adicionado a distribuir**		**72.841**	**58.624**
8	**Valor adicionado distribuido**		**72.841**	**58.624**
8.1	**Pessoal**		**36.538**	**34.746**
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	24/25	26.099	25.539
8.1.2	Benefícios	24/25	7.941	6.341
8.1.3	FGTS	24/25	2.498	2.866
8.2	**Impostos, taxas e contribuições**		**16.343**	**(9.513)**
8.2.1	Federais	30	15.698	(12.258)
8.2.2	Estaduais		3	6
8.2.3	Municipais		642	2.739
8.3	**Remuneração de capitais de terceiros**		**57.071**	**56.122**
8.3.1	Juros e Correção Monetária	29	57.071	56.122
8.4	**Remuneração de capitais próprios**		**(37.111)**	**(22.731)**
8.4.1	Lucros retidos / Prejuízo do exercício	21.b	(37.111)	(22.731)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, sob a forma de sociedade anônima, de capital fechado, controlada pela União, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, regida pelo Estatuto Social, especialmente, pelo seu Decreto de criação, Decreto nº 66.154, de 03 de fevereiro de 1970, e pelas Leis 13.303, de 30 de junho de 2016 e Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com alterações da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis.

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte – Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal (Decreto nº 99.475/1990), o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas. Neste último caso, conforme Convênio de Descentralização nº 001/2020, celebrado entre o Ministério da Infraestrutura e a CODERN, em 23.06.2020. Em 10/09/2024, foi celebrado o novo Convênio de Descentralização 001/2024, com duração de 360 dias.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de Frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte influência dos Portos do Ceará e de Pernambuco, Portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O Porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto Ilha, por ser uma ilha artificial em alto mar, é responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garantindo condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, sal, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis são preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R5) – Demonstrações Contábeis (IAS 1).

A administração autorizou a emissão das referidas demonstrações contábeis na data de 30/05/2025, sendo estas o reflexo fidedigno da posição patrimonial, financeira e dos resultados da entidade, de acordo com as premissas de continuidade operacional e os critérios contábeis adotados.

As informações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das informações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta prejuízo no montante de R$ 37.111 mil. Os prejuízos durante este período foram principalmente atribuídos à despesa financeira originada da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre créditos de acionistas, no montante de R$ 39.978 mil. O prejuízo acumulado do período totaliza R$ 973.637 mil (R$ 935.628 mil em 31/12/2023), esse valor resulta da incorporação do prejuízo do período de R$ 37.111 mil, juntamente com os ajustes efetuados diretamente no Patrimônio Líquido (PL) no montante de R$ -898 mil, estes ajustes são abordados na Nota Explicativa de número 21.

O Plano de Saneamento Financeiro – PSF finalizou o exercício de 2024 com 77 indicadores, dos quais 12 indicadores são referentes ao faturamento das operações portuárias (incluindo as receitas de arrendamentos e contratos de aluguéis), e 2 indicadores da Coordenação de Tesouraria -COORTE (títulos recebidos no prazo e títulos recebidos por meio de cobranças administrativas).

No que se refere à movimentação portuária, o Porto de Natal apresentou uma redução de 8% na sua movimentação em comparação ao exercício de 2023, considerando que até a 1ª quinzena de abril/2023, a CMA-CGM ainda operou no Porto. Analisando-se de maneira segregada dos períodos de safra, a safra 2024/2025 apresentou um crescimento de 183% com relação à safra 2023/2024, demonstrando a retomada operacional do Porto de Natal.

Seguindo o mesmo parâmetro, o Terminal Salineiro de Areia Branca apresentou uma queda de 12% na movimentação em relação ao período de 2023.

Com relação ao montante faturado no exercício de 2024, a CODERN apresentou redução de 13% no faturamento em relação ao exercício de 2023, correspondente ao montante de R$ 4,3 milhões. Esse decréscimo na receita é reflexo da saída do principal armador frutífero do Porto de Natal, o qual operava com contêineres, em abril/2023, representando, em termos monetários, uma queda de R$ 4,6 milhões na receita operacional do porto.

O indicador que acompanha o recebimento de títulos dentro do prazo segue com resultado próximo da meta estabelecida. No exercício de 2024, foram recebidos R$ 28,7 milhões, 98% do total faturado, mantendo-se, a Companhia, níveis adequados de adimplência.

Quanto aos indicadores de custos operacionais e despesas administrativas, os indicadores com maior relevância em termos monetários são os que oneram a folha de pagamento, como os adicionais. O indicador de Horas Extras, durante o exercício de 2024, apresentou resultado crítico somente nos meses de outubro, novembro e dezembro, devido ao período de maior operacionalidade no Porto de Natal durante a safra 2024/2025. Com relação ao indicador de Adicional Noturno, este não alcançou as metas nos meses de abril, outubro e novembro, devido às necessidades específicas da Guarda Portuária.

No que se refere ao acompanhamento dos custos com consumo de energia elétrica e água nas operações portuárias, considerando a redução na movimentação entre os exercícios de 2023 e 2024, os indicadores que mensuram a eficiência no consumo atingiram as metas estabelecidas para o período. Em análise aos resultados mensais,

identifica-se que os meses que o indicador apresentou resultados críticos referem-se ao período de safra (set/out/nov/dez), nos quais houveram a retomada das operações com contêineres, necessitando dos serviços de fornecimento de energia elétrica para sua refrigeração. Já o indicador de consumo de água, não houveram grandes oscilações nos comparativos mensais dentro do exercício de 2024, apresentando, apendas, as reduções frente ao consumo de 2023, tendo em vista que os últimos meses das operações da CMA-CGM (jan/fev/mar/abr) demandou um alto consumo de água, apresentando patamares maiores que 2024.

No quarto trimestre de 2024, o Porto de Maceió movimentou 836.061 toneladas, representando uma redução de 3,72% em relação ao mesmo período de 2023, quando foram movimentadas 868.345 toneladas.

No quarto trimestre de 2023, o faturamento médio foi de R$ 6.356.853, composto por 71% de receita operacional e 29% de receita patrimonial.

Já no quarto trimestre de 2024, o faturamento atingiu R$ 22.910.072,03, impulsionado principalmente pelas receitas provenientes da tarifa de armazenagem, além das movimentações variáveis relacionados aos contratos da EMPAT-MAC 13 e Ipiranga – MAC-12. Deste total, 50,81% correspondem à receita operacional e 49,19% à receita patrimonial. O custo e despesa médios no período totalizaram R$ 5.521.134,23, refletindo um aumento expressivo em decorrência da provisão para contingencias judiciais, em especial o processo cível envolvendo a empresa Mendes Júnior, no valor de R$ 26 milhões de reais).

No consolidado do exercício, a movimentação física passou de 2.644.215 toneladas em 2023 para 2.677.581 toneladas em 2024, o que representa um acréscimo de 1,26%.

Em termos financeiros, o faturamento em 2024 alcançou R$ 70.541.993,48, destacando-se a relevante participação da receita patrimonial, que somou R$ 26.280.957,94, equivalente a 37,26% do total. Este incremento decorre, principalmente, dos valores recebidos a título de outorgas, da armazenagem de sal e das tarifas variáveis dos contratos de arrendamento. Além disso, os recursos oriundos das outorgas proporcionaram rendimentos financeiros da ordem de R$ 6,3 milhões.

Os custos e despesas no período totalizaram, respectivamente, R$ 19.541.319,19 e R$ 54.843.768,85, sendo este último composto, em grande parte, por provisões, incluindo o processo judicial da Mendes Júnior, no valor de R$ 26,6 milhões.

Diante da atual conjuntura, a situação econômico-financeira da APMC demonstra-se sólida, sustentada, sobretudo, pela expressiva participação das receitas de armazenagem (especialmente de sal) e das tarifas variáveis estabelecidas nos contratos de arrendamento. Desconsiderando os efeitos extraordinários das provisões, o resultado operacional se revela satisfatório. A movimentação física manteve-se estável, sem variações significativas no período. Assim, os recursos disponíveis em caixa e equivalentes, somados aos ingressos futuros de outorgas previstos para 2025, asseguram à APMC uma perspectiva de sustentabilidade financeira no longo prazo, fortalecida pela atual gestão administrativa e operacional.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

A Companhia definiu como política para provisão de créditos de liquidação duvidosa um percentual de provisão baseado em expectativas futuras e eventos passados. No que se refere aos saldos não vencidos, com base na representatividade das provisões realizadas no contas a receber em atraso com relação ao faturamento anual, estimou-se um percentual de expectativa de perda a ser provisionado.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação societária e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

Bens em Operação	**Taxa Anual**
Infraestrutura Marítima	3,33% a 50%
Infraestrutura Acostagem	3,33% a 50%
Infraestrutura Terrestre	3,33% a 4%
Armazenagem	3,33% a 4%
Equipamentos	3,33% a 20%
Bens Administração	**Taxa Anual**
Terrenos	0%
Edifícios e Benfeitorias	3,33% a 4%
Instalações	4% a 10%
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10% a 20%
Equipamentos de Informática	20%
Móveis e Utensílios	10%
Veículos	5% a 20%
Ferramentas	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC e está estruturado na modalidade de benefício definido. O plano tem por característica contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção pela Companhia e pelos empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas – representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto nº 8.945/16, bem como as atualizações monetárias sobre PORTUS Patronal, PORTUS parcelado e RTSA – Reserva de Tempo de Serviço Anterior calculados à taxa do INPC.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2) que trata sobre ativos e passivos contingentes, onde estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.
- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser

divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

• Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.13 Tributos sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação e alíquotas vigentes no final do período que está elaborada as demonstrações financeiras.

A Companhia tem apresentado prejuízos fiscais em exercícios consecutivos, resultando na geração de ativos fiscais diferidos. Contudo, conforme a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro, um ativo fiscal diferido deve ser reconhecido apenas quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensar esses prejuízos fiscais e créditos fiscais não utilizados. Diante da ausência de estimativas formais indicando a geração de lucros tributáveis futuros pela Companhia, o reconhecimento do ativo fiscal diferido não foi efetuado.

4.Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em bancos	1.160	660
Fundo Rotativo	7	9
Recursos do Tesouro - SIAFI	21.478	15.174
Aplicações financeiras	99.441	85.248
Total de caixa e equivalentes de caixa	**122.086**	**101.091**

As aplicações financeiras compreendem as aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 10,32% no exercício, seus rendimentos são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado. Houve aumento de 21% no saldo em relação ao exercício anterior, principalmente pelo recebimento de recurso da União no montante de R$ 6.800 mil no Porto de Natal e pela geração de caixa das atividades operacionais do Porto de Maceió.

5.Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes de Outorgas de Arrendamentos, bem como, pelos valores pendentes de liquidação

referentes a períodos anteriores, apresentando saldos assim especificado:

Clientes e contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	12.991	12.822
Contas a receber de outorgas	31.352	31.202
Menos: Perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa - clientes	(8.031)	(8.040)
Total Contas a Receber	**36.312**	**35.984**

Os valores referentes às outorgas dos contratos com a Vibra Energia (MAC 11) e com a Ipiranga S.A. (MAC 12) foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

6. Outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias, assim como do Porto de Recife. Os saldos estão apresentados a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos	577	630
Outros Valores a receber	2.026	490
Servidores Cedidos	111	127
Valores a Receber de Terceiros	2.962	3.313
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	(2.216)	(2.216)
Mercadoria em Trânsito	0	4
Total Devedores Diversos	**3.460**	**2.348**

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Material de consumo permanente Sede	349	353
Material Terminal Salineiro de Areia Branca	527	1.992
Material de consumo permanente Maceió	282	196
Total	**1.158**	**2.541**

Houve redução de 54% nos saldos de estoque principalmente em função de venda de itens de estoque ao arrendatário do Terminal Salineiro de Areia Branca.

8. Tributos a Compensar

Refere-se a tributos retidos na fonte sobre aplicações financeira ou de serviços prestados pela Companhia, créditos de PIS e COFINS sobre compras ou serviços tomados da operação, além de tributos pagos a maior em períodos anteriores.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos Retidos na Fonte	1.467	1.524
Tributos sobre Compras e Serviços a Recuperar	13.455	7.917
Saldo Negativo IRPJ e CSLL	7	801
(-) Provisão de perda s/ tributos a Recuperar	(5.388)	(5.388)
Total	**9.541**	**4.854**

Houve um aumento de 97% em decorrência do pagamento a maior de tributos relacionados à outorga dos arrendamentos das áreas MAC 11, 11A e 12. O assessor jurídico já foi acionado para providenciar o pedido de desbloqueio dos valores. Há ainda provisão de perda para o valor de INSS parcelado no PERSE (R$ 4.978 mi), o fato está sendo discutido em processo judicial junto a PGFN.

9. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e clientes a receber em período superior à 12 meses, assim especificados:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	131.688	124.851
Depósitos/Bloqueios Judiciais e Contratuais	18.977	12.565
(-) Prov. Depósitos/Bloqueios Judiciais	(2.117)	(4.912)
Total	**148.548**	**132.504**

Houve um aumento de 12% no saldo do grupo, decorrente principalmente do reconhecimento de valores depositados judicialmente a título de PIS, COFINS e ISS. Esses depósitos estão relacionados a processos que discutem o regime de apuração do PIS e da COFINS aplicável ao Porto de Maceió e Codern e a imunidade tributária do ISS aplicável ao Porto de Maceió.

10. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 estão apresentados de acordo com os critérios descritos na nota 3.6. A seguir, apresenta-se a composição dos saldos, bem como a conciliação entre os valores contábeis no início e no final do exercício:

Imobilizado	31/12/2024	31/12/2023
Bens em Operação	614.834	613.697
(-) Depreciação - Bens em Operação	(264.339)	(254.369)

(-) Impairment - Bens em Operação	(266.104)	(282.564)
Bens Administração	112.973	103.926
(-) Depreciação - Bens Administração	(28.987)	(28.321)
(-) Impairment - Bens Administração	(68.957)	(68.741)
Bens de Terceiros	69.394	69.369
(-) Depreciação - Bens de Terceiros	(2.861)	(1.810)
Imobilizado em Andamento	620	8.369
(-) Impairment - Imobilizado em Andamento	(288)	0
Total	**166.286**	**159.557**

Discriminação	Saldo em 31/12/2023	(+/-) Adições/ Transf.	(+/-) Baixas/ Ajustes	(-) Depreciação	(-) Ajuste ao valor recuperável	Saldo em 31/12/2024
Bens em Operação	**76.765**	**982**	**(90)**	**(9.726)**	**16.459**	**84.391**
Infraestrutura Marítima	16.986	83	0	(2.026)	169	15.211
Infraestrutura Acostagem	47.299	0	0	(3.637)	15.340	59.002
Infraestrutura Terrestre	266	0	0	1	(267)	(0)
Armazenagem	184	0	3	(15)	0	172
Equipamentos	12.030	900	(93)	(4.048)	1.217	10.005
Bens Administração	**6.864**	**9.241**	**11**	**(871)**	**(216)**	**15.030**
Terrenos	96	0	0	0	0	96
Edifícios e Benfeitorias	4.480	8.623	0	(1.027)	(82)	11.995
Instalações	1.090	90	0	672	257	2.109
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	396	190	11	(159)	(173)	266
Equipamentos de Informática	318	138	(0)	(251)	(141)	65
Móveis e Utensílios	116	76	0	6	0	197
Veículos	(84)	0	0	89	0	5
Ferramentas	31	36	0	(43)	0	24
Peças e Conjuntos de Reposição	421	88	0	(158)	(78)	273
Bens de Terceiros	**67.559**	**0**	**2**	**(1.028)**	**0**	**66.533**
Infraestrutura Marítima	2.949	0	0	(89)	0	2.861
Infraestrutura Acostagem	59.190	0	2	(892)	0	58.300
Terminal de Passageiros	5.420	0	(0)	(47)	0	5.373
Imobilização em Curso	**8.369**	**(7.750)**	**0**	**0**	(288)	**332**
Total	**159.557**	**2.474**	**(76)**	**(11.625)**	**15.956**	**166.286**

Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia realizou teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado no final do exercício de 2024, sendo os ativos agrupados em 04 unidades geradoras de caixa, assim denominadas:

- UGC Terminal Salineiro de Areia Branca;
- UGC Porto de Natal;
- UGC Terminal de Passageiros;
- UGC Porto de Maceió.

Unidade Geradora de Caixa	Saldo em 31/12/2023	Provisão de Perda por Desvalorização	Reversão de Perda por Desvalorização	Saldo em 31/12/2024
UGC Terminal Salineiro de Areia Branca	189.844	0	(16.877)	172.967
UGC Porto de Natal	96.707	986	(65)	97.628
UGC Terminal de Passageiros	47.498	0	0	47.498
UGC Porto de Maceió	17.256	0	0	17.256
Total	**351.304**	**986**	**(16.941)**	**335.349**

11. Obrigações trabalhistas

Os valores de obrigações trabalhistas reconhecidos no passivo circulante compreendem valores relativo a salários, provisões de férias e 13º salários e outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários e Remunerações a Pagar	6	7
Provisão para Férias	2.391	2.341
Remuneração Confis/Consad	0	23
Outras Obrigações Trabalhistas	287	201
Total obrigações fiscais e trabalhistas	**2.684**	**2.572**

12. Obrigações Fiscais e Previdenciárias

Os valores de obrigações fiscais e previdenciárias reconhecidos no passivo circulante e não circulante compreendem valores relativo a INSS, FGTS, Plano de Previdência Complementar, Tributos correntes ou parcelados, entre outras obrigações, assim discriminadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Encargos Sociais e Previdenciários	**139.598**	**126.533**
INSS a Pagar	21.821	21.600
FGTS a pagar	391	395
Plano de Previdência Complementar	116.959	104.153
INSS - Autônomos	301	293
INSS - Terceiros	127	92
Obrigações Fiscais	**7.710**	**10.830**
Tributos Federais a Recolher	2.945	5.347
Tributos Federais - Terceiros	0	0

Parcelamentos Fiscais - Federais	3.047	3.727
Tributos Municipais	402	774
Parcelamentos Fiscais - Municipais	1.315	982
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Circulante	**147.307**	**137.363**

Descrição	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Encargos Sociais e Previdenciários	**46.740**	**56.444**
Plano de Previdência Complementar	46.740	56.444
Obrigações Fiscais	**22.346**	**13.049**
Parcelamentos Fiscais - Federais	6.252	7.488
Tributos Municipais	1.179	2.162
Outras Obrigações Fiscais	14.915	3.399
Total Obrigações Fiscais e Trabalhistas - Não Circulante	**69.086**	**69.493**

A Administração do Porto de Maceió ajuizou processo junto a Fazenda Nacional (união Federal), visando a modificação do regime de apuração do Pis/Cofins do Porto de Maceió, a fim de que passe a realizá-la na modalidade cumulativa, reduzindo as alíquotas para 0,65% e 3%, respectivamente, sobre a sua receita bruta, dada a condição de imunidade tributária, com a consequente recuperação dos valores eventualmente pagos nos últimos 5 (cinco) anos.

No início da marcha processual, foi obtida decisão liminar permitindo que o Porto de Maceió apure o Pis/Cofins pelo regime cumulativo, efetuando os respectivos recolhimentos aos cofres da União, bem como permitindo que deposite judicialmente a diferença para o regime não-cumulativo, cujos valores poderão ser recuperados após a procedência e o trânsito em julgado da ação.

Em sentença, o juiz de 1º grau julgou procedente a ação, reconhecendo, diante da imunidade tributária, o direito do Porto de Maceió em apurar o Pis/Cofins pelo regime cumulativo.

Foram protocolados embargos de declaração, em defesa dos interesses do Porto de Maceió, a fim de ajustar os honorários advocatícios e não submeter o processo à remessa necessária, tendo sido acolhidos em parte.

Na sequência, tanto a Fazenda Nacional quanto o Porto de Maceió apresentaram apelações, bem como as respectivas contrarrazões, sendo o processo remetido para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no qual aguarda julgamento.

Em 28/03/2024, a CODERN celebrou contrato com o objeto de assegurar à COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE/SEDE o adequado manejo processual necessário, logrando a tutela judicial atinente à apuração da contribuição ao PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, nos termos do art. 8º, V, da Lei 10.637/2002 e do art. 10, da Lei 10.833/2003.

Em 16/10/2024, o escritório contratado comunicou que o magistrado responsável pela análise da demanda, ao apreciar o pedido de liminar, entendeu que não havia necessidade de sua concessão, com base no artigo 151, inciso II, do Código Tributário

Nacional (CTN). Nos termos desse dispositivo legal, o depósito judicial integral do valor discutido é uma faculdade do contribuinte, que tem como efeito imediato a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, sem necessidade de autorização judicial específica.

Diante desse entendimento, foi recomendado que a Codern realize o recolhimento do PIS/PASEP e da COFINS apurados no regime da cumulatividade diretamente aos cofres da União, e, paralelamente, efetue o depósito judicial das diferenças resultantes da apuração pelo regime da não cumulatividade. Os valores dessas diferenças devem ser apurados e depositados mensalmente em conta judicial vinculada ao processo, utilizando a guia emitida no site da Caixa Econômica Federal.

No que diz respeito aos valores relativos ao Plano de Previdência Complementar compreendem contribuições dos empregados, patronal, parcelamentos, déficit atuarial, RTSA, bem como o termo de compromisso financeiro firmado em jun/2020 objetivando o saneamento do déficit atuarial, temos assim discriminadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivo Circulante	**116.959**	**104.153**
PORTUS RTSA	45.549	40.193
Portus - Retido dos Empregados	879	879
PORTUS Assistidos	4.375	3.819
PORTUS - Contribuição Patronal	25.376	23.750
Portus - Parcelado	35.144	31.596
Portus - TCF	5.590	3.869
Portus - Contribuição Extraordinária	45	47
Passivo não circulante	**46.740**	**56.444**
PORTUS RTSA	6.868	7.350
PORTUS - Termo de Compromisso TCF	35.265	37.962
Déficit Atuarial - Portus	4.607	11.132
Total	**163.699**	**160.597**

13. Fornecedores e Contas a pagar

a) Fornecedores

Valores correspondentes a fornecedores de materiais e prestadores de serviços:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de bens e materiais	1.683	1.743
Fornecedores de serviços	425	436
Total fornecedores	**2.108**	**2.179**

b) Contas a pagar

Os valores de contas a pagar correspondem a valores a pagar para concessionárias de serviços essenciais, empregados, estagiários e terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Energia Elétrica	239	165
Telefone	4	4
Empregados	7	15
Terceiros	3	3
Total contas a pagar	**253**	**187**

14. Outros passivos

Os valores de outros passivos correspondem principalmente a valores de caução para garantia de contratos ou serviços e outras obrigações, onde detalhamos a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caução para Garantia de Contratos ou Serviços	2.590	2.829
Valores Pendentes de Classificação	142	141
Outras Obrigações	52	51
Contribuição Sindical	0	1
CPMF	1	1
Obrigações Societárias	1	1
Total Outros Passivos	**2.786**	**3.024**

15. Receitas Antecipadas

Os valores correspondem a antecipação de receita originados dos leilões nº 07/2021-Antaq da área MAC13 (Porto de Maceió), nº 09/2021-Antaq em relação ao Terminal Salineiro de Areia Branca, nº 03/2023-Antaq da área MAC11 (Porto de Maceió), nº 02/2023-Antaq da área Mac11A (Porto de Maceió), nº 04/2023-Antaq da área Mac12 (Porto de Maceió) e nº 10/2023-Antaq da área Mac15. Os valores recebidos antecipadamente ou em função de outorga serão realizados como receita no prazo do arrendamento. Os valores referentes às outorgas dos contratos com a Vibra Energia (MAC 11) e com a Ipiranga S.A. (MAC 12) foram atualizados monetariamente com base no índice IPCA.

Arrendatária	Total de Meses	Meses restantes	Saldo em 31/12/2023	(+) Adições	(-) Apropriações	Saldo em 31/12/2024
Intersal - Terminal Salineiro de Areia Branca	300	274	14.812	-	(621)	14.190
Empat - Mac 13	300	274	8.472	-	(385)	8.087
Vibra Energia - Mac 11	300	287	59.800	2.808	(2.410)	60.198
Origem Energia - Mac 11A	300	287	40.873	-	(1.640)	39.233
Ipiranga Prod. de Petróleo - Mac 12	300	287	106.644	5.008	(4.297)	107.354
Intermarítima Ltda - Mac 15	60	52	-	1.000	(107)	893
Total			**230.601**	**8.816**	**(9.460)**	**229.956**
Circulante			83.488			83.913
Não Circulante			147.113			146.043

16. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Contingências administrativas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**38.447**	**2.773**	**16.598**	**0**	**57.818**
Provisões constituídas no período	27.083	6.903	761	56	34.803
Baixas de provisões	(428)	(802)	(447)	0	(1.677)
Reversões	(191)	(3.385)	(5.053)	0	(8.629)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**64.912**	**5.490**	**11.858**	**56**	**82.316**

16.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.24, totalizou R$ 5.490 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 06 processos em andamento, relativos a diferenças salariais, sendo o mais elevado os processos no valor de R$ 108 mil, relativo a Verbas trabalhistas não pagas pela reclamada principal (terceirizada) e R$ 60 mil, relativo à reintegração e diferenças salariais.

Na filial Maceió, temos 24 processos em andamento, dentre estes, registra-se os de maior relevância no valor de R$ 1.182 mil sobre equiparação salarial e R$ 766 mil sobre adicional noturno, horas extras e rescisão indireta.

16.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde à valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2024, totalizou R$ 64.912 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos um único processo cujo saldo corresponde ao valor de R$ 38.269 mil, relativo a contribuições previdenciárias do Portus provenientes do Porto do Recife: 1. TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDAS - (ano de 1997 – em 180 parcelas – consistentes das contribuições de junho/1993 a novembro/1994 e julho/96 a abril 97) – débito cobrado por parcelas não pagas a partir de 2001, referente as parcelas vencidas de 46 a 48 e 50 a 85 e parcelas vincendas de 86 a 180. 2. Contribuições Normais – Período: julho a dezembro/1999 e fevereiro/2000 a fevereiro/2001 e abril/2001. Houve recursos até o STJ, sendo mantida a condenação solidária da CODERN e o Porto do Recife. Processo remetido ao setor de cálculo para manifestação quanto às impugnações das partes, e processo de indenização por danos materiais e morais.

A CODERN e o PORTUS formalizaram o termo de Compromisso Financeiro do Déficit atuarial, tendo sido reconhecido o débito em junho/2020, cuja 1ª parcela foi paga em agosto/2020 e vem sendo paga mensalmente. A dívida se encontra em fase de negociação.

Na filial Maceió encontra-se registrado 01 processo em trâmite, tendo no valor de R$ 26.644 mil, relativo à ação judicial movida pela empresa Mendes Júnior, decorrente de divergências relacionadas ao contrato de construção e execução de obras de infraestrutura no Porto de Maceió. A reivindicação tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em razão de alegados custos adicionais e alterações nas condições inicialmente pactuadas.

16.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde à valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2024 o montante de R$ 11.858 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Na matriz, temos 02 processos em andamento relativo à falta de recolhimento de ICMS de jan/91 a jan/92 e penalidade por falta de emissão de documento fiscal (conhecimento de transporte hidroviário de cargas) referente as prestações de serviços efetivadas no período de jan/90 a dez/91, com saldo de 11.499 mil. As ações possuem garantias de bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

Na filial Maceió encontra-se registrado 04 processos, sendo o de maior relevância R$ 286 mil tendo como credor a Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ.

16.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível, trabalhista e administrativo junto à Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, Procuradoria Regional do Trabalho 21ª região, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - Antaq e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 (R2) aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2024 somou R$ 158.697 mil (R$ 198.860 mil em 31/12/2023), assim especificadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Causas trabalhistas	4.849	10.439
Causas fiscais	5.529	5.560
Causas cíveis	146.984	182.861
Causas administrativas	1.335	0
Total	**158.697**	**198.860**

Na matriz, temos 48 processos relativo a causas trabalhistas, os mais relevantes correspondem a processo do Ministério Público (TAC) apresentado bens à penhora (R$ 317 mil), verbas trabalhistas (R$ 230 mil), aguardando audiência inicial, indenização de horas extras (R$ 211 mil), aguardando prazo para apresentação de defesa e Danos morais, material e acúmulo de função (1.605 mil), aguardando julgamentos de recursos ordinários

interpostos por ambas as partes.

Na matriz, temos 07 processos relativo a causas fiscais, correspondem a débitos inscritos na Procuradoria Geral do Estado, cujo débito de maior relevância totaliza R$ 4.652 mil, Sentença desfavorável e manutenção do Tribunal de Justiça - Decisão de recurso no STJ determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem para julgamento do recurso de apelação da CODERN. Convertido o Processo para PJE. TJRN decidiu sobre incidente julgamento. Petição requerendo incompetência absoluta da Justiça Estadual.

Na matriz, temos 38 processos relativo a causas cíveis, os mais relevantes correspondem a contribuições do Portus (R$ 69.037 mi,), questiona-se diversos períodos de contribuições não pagas provenientes dos Portos de Recife, Cabedelo e Maceió: 1) no período de 17 de janeiro de 1991 até 06 de Junho de 2001, em relação ao Porto de Recife; 2) no período de 19 de novembro de 1990 até dezembro de 2010, com relação ao Porto de Maceió: 3) no período de 19 de novembro de 1990 até 31 de dezembro de 1997, com relação ao Porto de Cabedelo; Os processos estão tramitando, sendo um em fase de instrutória na Justiça Federal do Rio de Janeiro e outro em fase de recurso no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Há também um processo que pede reequilíbrio contratual/indenização (R$ 48.842 mil), no qual as contrarrazões da Codern foi remetida ao TRF5 e processo onde solicita a operacionalização de escâner de container (11.000 mil), no qual está suspenso o processo.

Na matriz, temos 07 processos relativo a processos administrativos, os processos se referem a Multas, Termo de Ajustamento de Conduta e/ou auto de infração originados de processos de fiscalização.

Na filial Maceió, constam 04 processos trabalhistas como possíveis, sendo a causa mais relevante no montante R$ 200 mil referente a dano moral/tutela inibitória em que o porto responde solidariamente junto com o OGMO.

Na filial Maceió, constam 03 processos administrativos como possível, tendo sido originados de autos de infração da Antatq ou Ibama.

17. Provisão de Déficit Atuarial – Planos de Pensão

No exercício de 2019, a Codern fez o primeiro reconhecimento contábil relativo ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R2) – benefício a empregados.

O Déficit atuarial vem reduzindo periodicamente em virtude do Termo de Compromisso Financeiro que foi firmado com o PORTUS, no valor total de R$ 38.512 mi, com entrada de R$ 265 mil e o saldo residual parcelado em 177 parcelas mensais e sucessivas, que será atualizada mensalmente pelo INPC, acrescido da taxa de juros anual de 4,81% e sistema de amortização Price.

O estudo atuarial do plano apresenta déficit de R$ 4.607 mil em 31/12/2024 (R$ 11.132 mil em 31/12/2023) conforme linha E.8, os valores apurados conforme laudo atuarial e os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

Descrição	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Déficit Atuarial	4.607	11.132
Total	**4.607**	**11.132**

Patrocinadora	CODERN - CONSOLIDADO (TAB + PN + APMC)	CODERN - CONSOLIDADO (TAB + PN + APMC)	CODERN - CONSOLIDADO (TAB + PN + APMC)	CODERN - CONSOLIDADO (TAB + PN + APMC)	CODERN - CONSOLIDADO (TAB + PN + APMC)
Nome do plano	Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1	Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1	Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1	Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1	Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1
Sigla	PBP1	PBP1	PBP1	PBP1	PBP1
País	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil
Data base	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
Informações da moeda	BRL (R$)	BRL (R$)	BRL (R$)	BRL (R$)	BRL (R$)
A. Alteração na obrigação de benefício definido	**31/12/2024**	**30/09/2024**	**30/06/2024**	**31/03/2024**	**31/12/2023**
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	62.272.575	62.467.626	65.436.083	67.155.026	65.769.298
2. Custo do serviço					
a. Custo do serviço atual	9.136	9.145	9.127	9.163	9.092
b. Custo do serviço passado					
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano					
3. Custo dos juros	1.602.322	1.599.888	1.558.720	1.514.346	1.534.002
4. Fluxos de caixa					
a. Benefício pago pelo plano	- 1.484.944	- 1.806.678	- 1.809.609	- 1.485.796	- 1.434.330
b. Benefício pago diretamente pela empresa					
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada					
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada					
e. Contribuições do participante	306.132	322.961	304.942	295.615	297.637
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação					
g. Impostos incluídos na obrigação					
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco					
5. Outros eventos significativos					
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de					
6. Redimensionamento da obrigação	- 4.089.636	- 320.367	- 3.031.637	- 2.052.271	979.327
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	- 825.993	-	-	0,0%	-
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	- 4.030.778	195.051	- 2.968.456	- 1.718.944	1.417.191
c. Efeito dos ajustes de experiência	767.135	- 515.419	- 63.180	- 333.327	- 437.864
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio					
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	58.615.586	62.272.575	62.467.626	65.436.083	67.155.026

B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	**31/12/2024**	**30/09/2024**	**30/06/2024**	**31/03/2024**	**31/12/2023**
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	12.805.510	12.689.672	12.688.474	14.192.167	14.267.199
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	306.252	301.828	284.550	335.928	316.007
3. Fluxos de caixa					
a. Contribuições totais do empregador					
(i) Contribuições do empregador	1.620.992	1.651.325	1.677.197	1.463.639	1.445.208
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador					
(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador					
b. Contribuições do participante	306.132	322.961	304.942	295.615	297.637
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	- 1.484.944	- 1.806.678	- 1.809.609	- 1.485.796	- 1.434.330
d. Pagamentos de benefícios do empregador					
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano					
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano					
g. Pagamentos de liquidação do empregador					
h Despesas administrativas pagas de ativos do plano					
i. Impostos pagos de ativos do plano					
4. Outros eventos significativos					
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de					
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos					
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano					
a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	- 400.158	- 353.596	- 455.881	- 2.113.079	- 699.554
6. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio					
7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	13.153.786	12.805.510	12.689.672	12.688.474	14.192.167

C. Alteração dos direitos de reembolso	**31/12/2024**	**30/09/2024**	**30/06/2024**	**31/03/2024**	**31/12/2023**
1. Direitos de reembolso no final do ano anterior					
2. Redimensionamento do serviço corrente					
3. Ganho / (perda) em liquidações					
4. Receita de juros					
5. Fluxos de caixa					
a. Contribuições do empregador para direitos de reembolso					
b. Reembolsos ao empregador					
6. Outros eventos significativos					
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de					
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos					
7. Redimensionamento do direito reembolsável					
a. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)					
8. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio					
9. Direitos de reembolso no final do ano					

D. Mudança no teto do ativo / passivo oneroso	**31/12/2024**	**30/09/2024**	**30/06/2024**	**31/03/2024**	**31/12/2023**
1. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício anterior					
2. Receita de juros					
3. Redimensionamento					
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)					
4. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio					
5. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício					

E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira	**31/12/2024**	**30/09/2024**	**30/06/2024**	**31/03/2024**	**31/12/2023**
1. Obrigação de benefício definido	-58.615.586	-62.272.575	-62.467.626	-65.436.083	-67.155.026
2. Valor justo dos ativos do plano	13.153.786	12.805.510	12.689.672	12.688.474	14.192.167
4. (Passivo) / Ativo líquido inicial	-45.461.800	-49.467.064	-49.777.954	-52.747.608	-52.962.859
5. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	0	0	0	0	0
6. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	-45.461.800	-49.467.064	-49.777.954	-52.747.608	-52.962.859
7. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	40.854.941	41.025.347	41.529.068	41.783.049	41.830.547
8. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido	-4.606.859	-8.441.718	-8.248.886	-10.964.560	-11.132.312

F. Componentes do custo do benefício definido	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
1. Custo do serviço					
a. Custo do serviço atual	9.136	9.145	9.127	9.163	9.092
b. Custo do serviço de reembolso					
c. Custo do serviço passado					
d. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada					
e. Custo total do serviço	9.136	9.145	9.127	9.163	9.092
2. Custo dos juros líquidos					
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	1.602.322	1.599.888	1.558.720	1.514.346	1.534.002
b. Juros (receita) sobre ativos do plano	-306.252	-301.828	-284.550	-335.928	-316.007
c. Juros (receita) sobre direitos de reembolso					
d. Despesas com juros sobre efeito de (teto ativo) / passivo oneroso					
e. Custo total de juros líquidos	1.296.070	1.298.060	1.274.170	1.178.418	1.217.994
3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo					
4. Despesa administrativa e imposto (não incluídos no passivo)					
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da	1.305.206	1.307.205	1.283.298	1.187.581	1.227.086
6. Redimensionamentos (reconhecidos em outros resultados	33.229	-2.575.756	60.808	1.678.881	-25.561.075
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-825.993	0	0	0	0
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	-4.030.778	195.051	-2.968.456	-1.718.944	1.417.191
c. Efeito dos ajustes de experiência	767.135	-515.419	-63.180	-333.327	-437.864
d. (Retorno) dos ativos do plano (excluindo receita de juros)	400.158	353.596	455.881	2.113.079	699.554
e. (Retorno) sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)					
f. Mudanças no teto do ativo / passivo oneroso (excluindo receita de juros)					
g. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados				60.808	
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	-3.689.478	33.229	-2.575.756	1.739.689	1.678.881

G. Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
1. Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do ano	-18.064.751	-22.258.603	-26.450.748	-26.174.698	-51.502.099
2. Custo do benefício definido incluído no resultado	-33.229	2.575.756	-60.808	-1.678.881	25.561.075
3. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em	2.863.485	-33.229	2.575.756	-60.808	-1.678.881
4. Outros eventos significativos					
a. Transferência líquida em / (out) (incluindo o efeito de quaisquer					
b. Quantias reconhecidas devido a combinações de planos					
5. Fluxos de caixa					
a. Contribuições do empregador	1.620.992	1.651.325	1.677.197	1.463.639	1.445.208
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa					
c. Liquidação antecipada paga pela empresa					
6. Crédito para reembolsos					
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio					
8. (Passivo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano	-13.613.503	-18.064.751	-22.258.603	-26.450.748	-26.174.698

H. Segregação da obrigação de benefício definido	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante					
a. Ativos	40	46	46	46	46
b. Assistidos em gozo de benefício	259	258	258	258	258
Aposentados	158	158	158	158	158
Pensionistas	101	100	100	100	100
c. Total	299	304	304	304	304

I. Premissas atuariais significativas	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
Hipóteses para determinação do obrigação de benefício definido					
Taxa de desconto	11,35%	10,29%	10,24%	9,53%	9,02%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos benefícios	-3,50%	-3,50%	-3,50%	-3,50%	-3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Entrada em aposentadoria	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Duration (em anos)	7,52	7,20	7,20	7,20	7,20
Entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Hunter	Hunter	Hunter	Hunter
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Análise de sensibilidade	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
Valor presente da obrigação de benefício definido					
Taxa de desconto - 25 pontos base	59.840.237	63.200.765	63.418.216	66.371.819	68.348.963
Taxa de desconto + 25 pontos base	57.380.957	61.276.214	61.445.853	64.395.649	65.766.953
% de impacto no obrigação de benefício definido					
Taxa de desconto - 25 pontos base	2,09%	1,17%	1,52%	1,43%	1,78%
Taxa de desconto + 25 pontos base	-2,11%	-1,91%	-1,64%	-1,59%	-2,07%
Alteração na tábua de mortalidade					
Agravada em 10%	58.196.269	61.537.437	61.718.826	64.689.457	65.582.689
Desagravada em 10%	59.803.863	63.447.145	63.665.799	66.627.019	68.544.981
% do impacto da tábua de mortalidade					
Agravada em 10%	-0,72%	-1,49%	-1,20%	-1,14%	-2,34%
Desagravada em 10%	2,03%	1,57%	1,92%	1,82%	2,07%

L. Projeção do fluxo de caixa	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024	31/03/2024	31/12/2023
Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	1.484.944	1.806.678	1.809.609	1.485.796	1.434.330
Contribuições esperadas do empregador - paridade	153.540	157.220	152.702	146.389	189.992
Contribuições esperadas dos participantes	0	0	0	0	0
Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	308.702	317.290	307.274	295.615	284.014
Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	288.496	296.923	287.511	271.903	261.233
Contribuições esperadas do empregador - TCF + RTSA	1.231.218	1.219.114	1.209.344	1.193.542	1.178.073

18. Convênios - Terminal de Passageiros

O montante de R$ 5.433 mil registrado nesta conta refere-se à obra realizada no Terminal de Passageiros do Porto de Maceió, executada com recursos provenientes do DNIT. Com o objetivo de esclarecer a destinação desses recursos, bem como a forma adequada de contabilização, o Porto de Maceió encaminhou o Ofício nº 62/2024, ao Superintendente do DNIT/AL, em 06/06/2024.

Posteriormente, a APMC enviou Ofício nº 014 à COPAR/STN, em 20/09/2024, solicitando orientação quanto à natureza dos recursos e ao devido registro contábil da

referida obra. Em 07/01/2025, o Porto de Maceió reiterou o pedido à COPAR/STN, com o objetivo de regularizar a incorporação do bem ao patrimônio da APMC.

19. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2024 soma R$ 432.843 mil.

Acionistas	Em R$	% Participação	Quantidade de Ações
União Federal	432.843	100%	181.197.364.435

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

Tipo de Ações	Em R$	Quantidade de Ações
Ordinárias Nominativas	234.974	98.365.213.231
Preferenciais Nominativas	197.869	82.832.151.204
Total	**432.843**	**181.197.364.435**

20. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional até a data de 21/06/2018, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Créditos para aumento de capital - Atualizável	31/12/2024	31/12/2023
Porto de Natal e Areia Branca	**98.135**	**87.937**
Saldo Principal	26.765	26.765
Correção Selic	32.748	26.935
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	38.623	34.237
Porto de Maceió	**281.681**	**251.902**
Saldos Residuais - Atualizações Monetárias	281.681	251.902
Total	**379.816**	**339.839**

b. Valores registrados no Patrimônio Líquido

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional a partir da data de 22/06/2018, ocasião que a Companhia passou a ser empresa púbica, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, sem correção à taxa Selic de acordo com o parágrafo único do disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - Não Atualizável	31/12/2024	31/12/2023
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Sal. de Areia Branca	67.350	67.350
Implantação do Programa do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos	1.075	1.075
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal	743	743
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária - Nacional	7	7
Aquisição de Grupo-Gerador para o Porto de Natal - No Estado do RN	460	460
Melhoria e Recuperação das Inst. Elétricas - Energia Solar	4.000	0
Recuperação Estrutural dos Armazéns dos 1 e 2	1.600	0
Recuperação Estrutural dos Galpões dos 1 e 2	1.200	0
Total	**76.435**	**69.635**

21. Prejuízos acumulados

a. Ajuste de Exercícios Anteriores

A Companhia realizou lançamentos de ajustes de exercícios anteriores em virtude de retificação de erros não intencionais, onde o impacto no resultado de períodos anteriores corresponde a R$ -898 mil em 31/12/2024 (R$ 625 mil em 31/12/2023).

Ajustes de Exercícios Anteriores	31/12/2024	31/12/2023
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Portus	0	(93)
Tributos a Compensar	339	(481)
Depósitos Judiciais	(1.282)	0
Imobilizado	(76)	0
Fornecedores	178	0
Juros e Variação Monetária - TCF Portus	0	1.324
Outros Ajustes	(57)	(126)
Total	**(898)**	**625**

b. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou prejuízo de R$ 37.111 mil em 31/12/2024 (prejuízo de R$ 22.731 mil em 31/12/2023), no entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas e receitas não desembolsáveis/reembolsáveis, tais como: depreciação, impairment, impostos diferidos, variação monetária passiva e provisões para contingências ou para créditos de liquidação duvidosa, bem como reversões de provisões, houve lucro na Companhia, no valor de R$ 24.771 mil em 31/12/2024 (lucro de R$ 18.500 mil em 31/12/2023), conforme o quadro a seguir:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido	**(37.111)**	**(22.731)**
Ajustes ao resultado líquido		
Depreciação e amortização	11.651	11.651
Perdas/Reversão pela não Recuperabilidade de Ativos	(15.900)	17.525
Impostos Diferidos	-	(27.523)
Provisões/(Reversão) para contingências judiciais	26.174	2.630
Provisões/(Reversão) para perdas com créditos esperadas	(21)	(843)
Despesas de atualização monetária	39.978	37.792
Resultado líquido ajustado	**24.771**	**18.500**

22. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um ganho líquido de R$ 6.403 mil em 31/12/2024 (perda líquida de R$ 4.290 mil em 31/12/2023) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido.

23. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Liquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

Consolidado	Períodos findos em 31 de dezembro	
Receita bruta dos serviços prestados	**2024**	**2023**
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	31.005	30.745
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	2.277	1.990
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	20.063	22.107
Receitas de Armazenagem	9.316	11.114
Receitas por Diversos Padronizados	3.083	4.903
Receitas com Contratos de Arrendamento	37.881	26.094
Receitas Alternativas	4.218	4.996
Total da Receita bruta	**107.842**	**101.949**
(-) Impostos sobre serviços prestados	(10.142)	(11.409)
Receita líquida dos serviços prestados	**97.700**	**90.540**

Houve aumento de 8% na receita líquida do período, sendo o aumento originado principalmente das receitas do Porto de Maceió, devido as receitas com contratos de arrendamento.

os quadros abaixo demonstram a receita líquida por Porto.

Porto de Natal	Períodos findos em 31 de dezembro

Receita bruta dos serviços prestados	2024	2023
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	2.116	2.423
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	835	837
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	1.454	1.984
Receitas de Armazenagem	509	590
Receitas por Diversos Padronizados	2.035	4.298
Receitas com Contratos de Arrendamento	968	991
Receitas Alternativas	500	602
Total da Receita bruta	**8.417**	**11.725**
(-) Impostos sobre serviços prestados	(721)	(839)
Receita líquida dos serviços prestados	**7.696**	**10.885**

Houve redução de 29% na Receita Líquida do Porto de Natal principalmente em função das receitas com diversos padronizados. A redução foi ocasionada pelo decréscimo da receita de energia mensurada, proveniente da movimentação de contêineres, a qual sofreu queda significativa com a saída do cliente CMA CGM, em abril/2023.

Terminal Salineiro de Areia Branca	Períodos findos em 31 de dezembro	
Receita bruta dos serviços prestados	**2024**	**2023**
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	10.784	11.460
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	0	67
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	0	13
Receitas de Armazenagem	0	53
Receitas por Diversos Padronizados	28	155
Receitas com Contratos de Arrendamento	10.632	10.482
Receitas Alternativas	0	24
Total da Receita bruta	**21.443**	**22.253**
(-) Impostos sobre serviços prestados	(1.981)	(2.039)
Receita líquida dos serviços prestados	**19.462**	**20.214**

Houve redução de 4% na Receita Líquida do Terminal Salineiro de Areia Branca originado do Arrendamento do Terminal a partir de 01/11/2022.

Porto de Maceió	Períodos findos em 31 de dezembro	
Receita bruta dos serviços prestados	**2024**	**2023**
Receitas da Infraestrutura de Acesso Aquaviário	18.105	16.862
Receitas da Infraestrutura de Acostagem	1.442	1.086
Receitas da Infraestrutura Operacional ou Terrestre	18.608	20.110
Receitas de Armazenagem	8.807	10.472
Receitas por Diversos Padronizados	1.020	450
Receitas com Contratos de Arrendamento	26.281	14.621
Receitas Alternativas	3.718	4.370
Total da Receita bruta	**77.981**	**67.972**

(-) Impostos sobre serviços prestados	(7.439)	(8.531)
Receita líquida dos serviços prestados	**70.542**	**59.441**

Houve aumento de 19% na receita líquida do Porto de Maceió principalmente devido as receitas com contratos de arrendamentos das áreas do Porto.

24. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

	Períodos findos em 31 de dezembro	
Descrição	**2024**	**2023**
Pessoal	17.288	16.276
Serviços	11.222	11.357
Materiais	278	542
Depreciação	9.838	9.767
Total	**38.626**	**37.942**

Houve aumento de 2% nos custos operacionais do período, sendo observado as variações mais relevantes no grupo de pessoal.

25. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estão discriminadas a seguir:

	Períodos findos em 31 de dezembro	
Descrição	**2024**	**2023**
Pessoal	26.354	24.732
Serviços de Terceiros	9.602	9.566
Utilidades	347	407
Despesas Gerais	2.926	2.360
Depreciação	867	929
Total	**40.096**	**37.994**

Houve um aumento de 6% no período, sendo que as principais variações ocorreram no grupo de Pessoal, em razão de acordos judiciais trabalhistas, e no grupo de Despesas Gerais, em função de multas operacionais.

26. Despesas com perdas estimadas sobre créditos

Refere-se às Perdas Estimadas Sobre Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD de valores a receber de clientes, bem como aos valores de provisões para depósitos e

bloqueios judiciais, de acordo com as notas 3.4 e 5.

27. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas, cíveis ou fiscais de provável perda, registrados na contabilidade, bem como de Reversão de Provisões relativas a processos com êxito para a Companhia.

	Períodos findos em 31 de dezembro	
Descrição	**2024**	**2023**
Provisão para contingências	(33.725)	(10.809)
Reversão de provisões	7.551	8.179
Saldo líquido de provisões constituídas	**(26.174)**	**(2.630)**

28. Outras (despesas) /receitas operacionais

Outras receitas e despesas Operacionais referem-se Receitas eventuais recebidos de clientes, reembolso de despesas ou reversão de déficit atuarial, bem como despesas eventuais como ajustes de estoques por extravios, avarias ou perdas, e multas sofridas por órgãos reguladores.

	Períodos findos em 31 de dezembro	
Descrição	**2024**	**2023**
Outras Receitas	**3.105**	**3.134**
Reembolso de Despesas	43	3
Receitas Eventuais	0	0
Recuperação de Créditos Incobráveis	3	0
Venda de Sucatas	0	435
Liberação de Depósito Recursal	0	0
Taxa para Operação Portuária	0	3
Reversão de déficit atuarial	1.331	920
Venda de Almoxarifado ao Arrendatário	1.486	852
Liberação de Alvará	242	0
Outras receitas	0	921
Outras Despesas	**(1.835)**	**(1.008)**
Ajustes de Estoques	(16)	(132)
Patrocínios	0	(72)
Multas	(391)	(165)
Custo Almoxarifado vendido	(1.428)	(639)
Total de Outras Receitas/Despesas	**1.270**	**2.126**

A principal variação na receita ocorreu na conta de venda de almoxarifado. Já as principais variações da despesa ocorreram por conta de multas e custo com inventário vendido.

29. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e rendimentos de aplicações financeiras. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros e variação monetária da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social e variações monetárias decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 406, do Decreto 9.580/18 - RIR.

	Períodos findos em 31 de dezembro	
Descrição	**2024**	**2023**
Receitas Financeiras	**11.075**	**9.865**
Juros Ativos	318	629
Variações Monetárias Ativas	405	912
Multas Ativas	52	41
Descontos Obtidos	294	2.437
Juros s/ ações	1	1
Juros e Correção monetária s/ Dep. Recursal	32	17
Rendimentos s/ Aplicação Financeira	9.857	5.751
Juros Correção Monetária s/Bloqueio Judicial	2	77
Outras Receitas Financeiras	114	0
Despesas Financeiras	**(57.071)**	**(56.122)**
Juros Passivos	(26)	(1.563)
Variações Monetárias	(324)	(654)
Encargos Financeiros AVP	(417)	0
Atualização Monetária	(681)	(1.051)
Despesas Bancárias	(102)	(116)
Multas	(4)	(183)
Juros s/PORTUS	(9.203)	(6.720)
Variação Monetária s/PORTUS	(5.346)	(5.288)
Variação Monetária s/Créditos de Acionista - Decreto 2.673/98	(39.978)	(37.792)
Atualização Monetária - INSS	(773)	(936)
Var. Mont. s/ dívida CODERN	(203)	(1.374)
Outras Despesas Financeiras	(14)	(445)
Total do resultado financeiro	**(45.996)**	**(46.257)**

Houve aumento de 12% na receita financeira, principalmente devido a rendimentos sobre aplicações financeiras.

Houve aumento de 2% na despesa financeira, as variações mais relevantes ocorreram nas contas de juros sobre dívida com o Portus, além de atualização monetária sobre créditos para aumento de capital.

30. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro

A Companhia possui prejuízos fiscais de bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributáveis futuros, no entanto, não estão registrados no balanço patrimonial conforme nota 3.13.

Em janeiro/2023 a Codern teve deferido o seu pedido de adesão ao programa Quita PGFN nos termos da portaria PGFN nº 8.798./2022, tendo se utilizado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação de débito tributário junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

De acordo com a NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro, o prejuízo fiscal do IRPJ e base negative da CSLL devem refletir no resultado do período que forem prováveis a utilização do crédito fiscal, neste caso, a probabilidade de utilização surgiu no deferimento da quitação de débitos tributários com o referido crédito fiscal, sendo realizado o seu reconhecimento em junho/2023.

	Períodos findos em 31 de dezembro	
Descrição	**2024**	**2023**
Contribuição Social	0	7.535
Imposto de Renda	0	19.988
Total	**0**	**27.523**

31. Partes Relacionadas

A companhia possui uma política de Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da CODERN, revisada conforme PL.1011.01, versão 3.0.

Esta política orienta a CODERN na celebração de Transações com Partes relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa.

32. Remuneração de Empregados, Diretores e Conselheiros

Conforme resolução CGPAR/ME nº 30 de 04 de agosto de 2022, o quadro abaixo contém informação acerca das remunerações, quantitativo e benefícios dos empregados, assim como remuneração dos diretores e conselheiros.

Descrição	**2024**	**2023**
Remuneração		
Conselheiros		
Média	3	3
Administradores		
Menor	22	39
Maior	72	48
Média	39	43
Empregados		
Menor	5	5
Maior	36	34
Média	6	6

Quantidade de Empregados		
Codern	142	148
APMC	39	51
Valor médio global dos benefícios oferecidos		
Codern	2	1
APMC	3	2

33. Eventos Subsequentes

33.1 Imunidade Tributária

Em função de recorrentes déficits financeiros nos últimos cinco exercícios sociais e da redução de sua Receita Operacional em decorrência do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca, com vigência a partir de 01/11/2022, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN ajuizou diversas ações judiciais visando ao reconhecimento da imunidade tributária recíproca, com fundamento no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal, e precedentes do Supremo Tribunal Federal.

As ações abrangem tributos municipais, estaduais e federais, inclusive os incidentes sobre a renda, como o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

No âmbito municipal, foram reconhecidas, por decisão judicial transitada em julgado, a imunidade da CODERN quanto ao ISS e IPTU devidos ao Município de Areia Branca/RN, com consequente direito à restituição de valores indevidamente pagos, atualizados pela Taxa Selic, além da restituição de custas processuais e honorários advocatícios. Em 15/03/2025, foi homologado o montante de R$ 16.667.730,74, referente à restituição de IPTU, ISS e custas judiciais, além de R$ 1.077.631,84 a título de honorários sucumbenciais, com expedição de requisição de pagamento via precatório.

Em relação ao Município de Natal/RN, também houve o reconhecimento definitivo da imunidade da CODERN quanto ao ISS, com trânsito em julgado, assegurando-se igualmente a restituição de valores pagos nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação e durante sua tramitação, observada a atualização monetária pela Taxa Selic.

No que tange aos tributos estaduais, a 1ª Vara Federal do RN proferiu decisão favorável à CODERN reconhecendo a imunidade em relação ao ICMS e ao IPVA, determinando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a abstenção da sua inscrição em dívida ativa, bem como a emissão de Certidões Positivas com Efeitos de Negativas.

No tocante ao Porto de Maceió, a respectiva Administração ingressou com pedido de reconhecimento da imunidade tributária municipal, o qual foi acolhido administrativamente pelo Município de Maceió, encontrando-se o processo em fase de homologação judicial da concordância manifestada.

Adicionalmente, tramita ação judicial federal visando ao reconhecimento da imunidade tributária sobre tributos federais incidentes sobre a renda, cujos desdobramentos estão pendentes de sentença.

As decisões judiciais mencionadas reforçam a qualificação da CODERN e do Porto de Maceió como empresas públicas federais prestadoras de serviços públicos essenciais, sem fins lucrativos e sem atuação em regime de concorrência, atendendo aos pressupostos constitucionais para fruição da imunidade tributária recíproca.

33.2 Cisão do Porto de Maceió

Conforme ofício APMC nº 088/2022, de 25 de julho de 2022, o Porto de Maceió expressou interesse de realizar uma gestão de forma independente, comunicando a contratação de empresa de consultoria especializada, para realizar estudo de viabilidade econômica, administrativa e financeira do referido Porto.

Em 16 de maio de 2023, o Porto de Maceió, mediante ofício 058/2023, informou à CODERN a conclusão do aludido estudo, onde foi comprovada a capacidade econômica e financeira da APMC em realizar sua gestão independente, ou seja, desvinculada da CODERN. O estudo foi devidamente encaminhado ao então Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da SNPTA/MINFRA.

Em 31 de agosto de 2023, a SNPTA/MINFRA, emitiu Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA, onde analisou e apresentou exposição de motivos acerca da conclusão do citado estudo **"O Estudo elencou algumas vantagens de uma possível gestão independente do Porto de Maceió, a exemplo de: Correção de uma antiga anomalia que perdura por mais de 31 anos, desde a extinção da Portobrás; Implantação da reestruturação de gestão proposta pela atual política setorial portuária, pelo Ministério Supervisor na gestão dos portos vinculados à Codern; Aumento de eficiência com resultados positivos quanto a redução de custos e aumento de competitividade do Porto de Maceió em benefício do da economia do Estado de Alagoas".**

A presente Nota Técnica, em seu item 5.31 citou sugestão para criação de Empresa Pública Federal, **"Nos termos do art. 1º do Decreto-Lei nº 794, de 27 de agosto de 1969, a União foi autorizada a constituir, quando julgasse necessário, sociedades de economia mista ou empresas públicas para explorar portos, terminais e vias navegáveis localizados em um ou mais estados. Nesse sentido, a criação de uma Empresa Pública Federal é uma das alternativas para a administração do Porto de Maceió, sendo uma forma específica de descentralização em que a União cria uma entidade autônoma para executar determinadas atividades de interesse público".**

Conforme ofício Nº 584/2023/SNPTA-MPOR, de 05 de setembro de 2023, foi apresentado a seguinte manifestação:" P*or meio da Nota Técnica nº 40/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR* (7500903) e do Despacho nº 118/2023/CGGP-SNPTA-MPOR/DGMP-SNPTA-MPOR/SNPTA-MPOR (7487878), com os quais estou de acordo, razão pela qual, diante das alternativas apresentadas para gestão do Porto de Maceió e do constante no item 5.31 da referida Nota, sugiro a criação de uma empresa pública federal nos moldes das seis já existentes (APS, Codern, Codeba, CDC, CDP e Portos Rio), eis que evidenciada sua viabilidade técnica e econômica.

Em 18/07/2024, foi publicado no Diário Oficial da União a mensagem nº 552 do Presidente da República que cita o encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto

de lei que "autoriza a criação da empresa pública Companhia Docas de Alagoas e a contratação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em diversas iniciativas".

Em 11/12/2024, A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria a Companhia Docas de Alagoas em razão de divisão parcial da Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern).

Diante dos fatos acima elencados, vislumbra-se para a CODERN, um cenário econômico/financeiro desfavorável, considerando a desvinculação do Porto de Maceió, o Resultado do Período sofrerá decréscimo, em função da Receita do Porto de Maceió representar 72% da receita líquida da CODERN no exercício de 2024.

33.3 Termo de Conciliação com Entidade de Previdência Complementar - Portus

Em 25 de fevereiro de 2025, foi celebrado Termo de Conciliação entre a Companhia Docas do Estado do Rio Grande do Norte – CODERN, juntamente com o Porto de Maceió, e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social. O acordo, homologado no âmbito da Câmara de Mediação e Conciliação da Administração Pública Federal – nº 00001/2025/CCAF/CGU/AGU, visa à extinção de litígios judiciais históricos envolvendo obrigações previdenciárias do plano PBPl e seus planos cindidos.

A proposta final resultou em um compromisso financeiro individualizado de: R$ 33.831.765,79 por parte da CODERN; e R$ 32.951.282,89 pela APMC (Porto de Maceió), totalizando R$ 66.783.048,68 atribuídos à atuação conjunta das duas entidades patrocinadoras.

O acordo representa uma significativa redução no passivo previdenciário decorrente da aplicação de deságios acordados entre as partes e contribui diretamente para o equacionamento das obrigações atuariais perante o PORTUS.

Os Termos de Composição e Ajuste de Dívida (TCDs) individuais entre cada patrocinadora e o PORTUS foram formalizados em 11/04/2025, a partir do qual, os lançamentos contábeis pertinentes serão realizados, observando-se a materialidade, o regime contábil e as orientações normativas aplicáveis.

Adicionalmente, a Companhia informa que os efeitos fiscais desse acordo ainda estão em estudo, uma vez que se encontra em andamento processo judicial visando ao reconhecimento de imunidade tributária federal.

34.Responsabilidades assumidas orientadas pela União

Nos termos do artigo 6º do estatuto social, a Companhia poderá ter suas atividades, sempre que consentâneas com o seu objeto social, orientadas pela União de modo a contribuir para o interesse público que justificou a sua criação. Nessas circunstâncias, a União poderá orientar a Companhia a assumir obrigações ou responsabilidades, incluindo a realização de projetos de investimentos e assunção de custos/resultados operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado.

Em consonância com esse dispositivo, a administração informa que, no exercício

de 2024, foram aprovadas dotações orçamentárias no montante de R$ 50.700 mil destinados à execução de investimentos estratégicos com recursos da União, por meio do Ministério de Portos e Aeroportos, conforme acompanhamento realizados no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

Projeto	Valor da Dotação Atual
Construção do Berço 4 do Porto de Natal (RN)	8.471
Adequação de Instalações no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)	1.638
Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto de Natal (RN)	348
Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)	474
Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da infraestrutura Portuária	10
Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Porto de Maceió (AL)	7.826
Implantação do Programa de Conformidade de Resíduos e Efluentes	146
Substituição de Defensas do Porto de Maceió	13.953
Manutenção e adequação de bens móveis e ativos de informática	25
Adequação de Área do Terminal Marítimo de Passageiros para a Instalação da Nova Sede Adm. da CODERN	10
Construção da Nova Sede no Porto de Maceió - AL	6.262
Instalação de Usina Fotovoltaica em Natal/RN	5.000
Reforma dos Armazéns 1 e 2	2.000
Reforma dos Galpões 1 e 2	1.500
Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária	1.276
Estudos para o Desenvolvimento do Setor Portuário	911
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	850
Total	**50.700**

A execução orçamentária realizada no exercício de 2024 totalizou R$ 2.252 mil, com destaque para os seguintes projetos em andamento:

Projeto	Valor da Dotação Atual	Execução
Construção do Berço 4 do Porto de Natal (RN)	8.471	10
Adequação de Instalações no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN)	1.638	1.263
Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto de Natal (RN)	348	276
Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros no Porto de Natal (RN)	474	262
Implantação do Programa de Conformidade de Resíduos e Efluentes	146	38
Manutenção e adequação de bens móveis e ativos de informática	25	22
Estudos para o Desenvolvimento do Setor Portuário	911	114
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	850	266
Total	**12.863**	**2.252**

PAULO HENRIQUE DE MACEDO CARLOS
Diretor Presidente
CPF Nº 590.476.905-91

ANA VALDA T. DE V. GALVÃO
Diretor Administrativo Financeiro
CPF 829.196.824-15

PAULO SYDNEI GOMES SILVA
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 897.342.034-87

ADRIANA CUNHA DE SIQUEIRA
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 829.217.924-00

ANA MARIA DE SENA
Contadora – CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34